

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ocupar, preservar e mediar: o Museu da Diversidade Sexual e a Museologia LGBTQIA+

Jezulino Lúcio Mendes Braga¹
Yan Nicholas Sauâne De Benedetti²
Fabiano Martins Júnior³
Elisângela Silveira de Assumpção⁴
Breno de Jesus Alves⁵

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. E-mail: jezulinolmb@ufmg.br.

² Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. E-mail: yansbenedettiufmg@gmail.com.

³ E-mail: fabianmartins@gmail.com.

⁴ Museu da Diversidade Sexual, São Paulo, Brasil. E-mail: pesquisa@museudadiversidadesexual.org.br.

⁵ E-mail: brenomuseologo@gmail.com.

Resumo:

Este relato de experiência apresenta um relato analítico de experiência a partir de uma imersão formativa realizada no Museu da Diversidade Sexual (MDS), em São Paulo, entre os dias 1º e 3 de outubro de 2025. Inserido no campo das museologias adjetivadas, o texto compreende a Museologia LGBTQIA+ como uma vertente crítica que tensiona práticas museológicas tradicionais e reivindica a legitimidade das memórias dissidentes no campo do patrimônio cultural. A partir da observação dos processos museais, das políticas de acervo, das estratégias curatoriais e das práticas de mediação educativa, o relato analisa como o MDS articula ocupação simbólica do espaço urbano, preservação de narrativas historicamente marginalizadas e mediação social voltada à produção de pertencimento e reconhecimento. Discute-se, ainda, o uso de réplicas e acervos digitais como estratégias museológicas frente aos apagamentos históricos, dialogando com debates sobre autenticidade, reprodução e função social do objeto museal. As reflexões são ampliadas por meio da comparação com instituições museológicas de perfil mais tradicional, evidenciando limites e possibilidades da incorporação de narrativas LGBTQIA+ no campo museal brasileiro. O estudo defende o museu como espaço político, pedagógico e afetivo, no qual a memória se configura como direito, estratégia de resistência e instrumento de justiça social.

Palavras-chave: Museologia LGBTQIA+; Museu da Diversidade Sexual; Memórias dissidentes; Patrimônio cultural; Mediação museológica.

Abstract:

This article presents an analytical experience report based on a formative immersion carried out at the Museum of Sexual Diversity (Museu da Diversidade Sexual – MDS), in São Paulo, between October 1st and 3rd. Situated within the field of so-called adjectivized museologies, the study understands LGBTQIA+ Museology as a critical approach that challenges traditional museological practices and claims the legitimacy of dissident memories within the cultural heritage field. Through the observation of museological processes, collection policies, curatorial strategies, and educational mediation practices, the article analyzes how the MDS articulates symbolic occupation of urban space, preservation of historically marginalized narratives, and social mediation aimed at producing belonging and recognition. The discussion also addresses the use of replicas and digital collections as museological strategies in response to historical erasures, engaging with debates on authenticity, reproduction, and the social function of museum objects. The reflections are expanded through comparisons with more traditional museum institutions, highlighting both the limits and possibilities of incorporating LGBTQIA+ narratives into the Brazilian museological field. The study argues for the museum as a political, pedagogical, and affective space, in which memory is understood as a right, a strategy of resistance, and an instrument of social justice.

Keywords: LGBTQIA+ Museology; Museum of Sexual Diversity; Dissident Memories; Cultural Heritage; Museum Mediation.

1 Introdução

Este relato de experiência parte da compreensão de que a Museologia contemporânea vem se transformando por meio das chamadas museologias adjetivadas, que tensionam práticas tradicionais e reivindicam novas formas de presença no campo patrimonial. Nesse movimento, a Museologia LGBTQIA+¹ surge como um campo crítico que desafia discursos hegemônicos e afirma memórias dissidentes como dimensão legítima da experiência social.

¹ Há variações correntes da sigla (LGBT+, LGBTQ+, LGBTQI+, LGBTQIA+, LGBTQIAPN+), usadas por diferentes organizações sociais, grupos ativistas e órgãos de governo e Estado. Optamos pela versão da sigla utilizada pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Tomamos como referência central o Museu da Diversidade Sexual (MDS), experiência dedicada à salvaguarda e à visibilidade das narrativas LGBTQIA+. Sua atuação tem articulado memória, política e cidadania, constituindo-se como um espaço onde corpos, afetos e trajetórias historicamente marginalizados encontram formas institucionais de reconhecimento.²

Entre os dias 1º e 3 de outubro de 2025, realizamos uma imersão no MDS tendo como procedimento metodológico a pesquisa em documentos institucionais, a visita técnica e o diálogo com integrantes da equipe do museu. A visita possibilitou o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela instituição e a observação direta das práticas museológicas em seu contexto de realização. No primeiro dia de imersão, fomos acompanhados pela museóloga responsável pelos processos museais, que nos apresentou o acervo, as coleções, a reserva técnica e os modos de organização e tratamento dos materiais. Essa experiência constituiu a base empírica do presente relato, permitindo compreender os procedimentos técnicos e as dinâmicas que sustentam a atuação do museu. No primeiro dia de imersão, fomos acompanhados pela museóloga responsável pelos processos museais, que nos apresentou o acervo, as coleções, a reserva técnica e os modos de organização e tratamento dos materiais. Essa vivência constituiu a base empírica do presente relato, permitindo observar de perto os procedimentos museológicos que sustentam a atuação institucional.³

Por meio da imersão nesse primeiro dia, foi possível identificar que o MDS, na articulação de seus processos museológicos, reafirma seu papel como espaço de disputa simbólica e de consolidação de memórias dissidentes. Seus procedimentos de preservação e sua política de colecionamento se configuram como práticas profundamente políticas, capazes de legitimar experiências LGBTQIA+ no campo ampliado do patrimônio cultural.

No segundo dia da imersão, fomos ao MDS para uma visita mediada pela equipe educativa, o que nos permitiu compreender, de forma mais aprofundada, como se estruturam os processos expositivos da instituição. A mediação apresentou não apenas a lógica narrativa das exposições, mas também as estratégias utilizadas para dialogar com diferentes públicos, evidenciando como o Museu articula acolhimento, acessibilidade e participação social em suas práticas de comunicação museológica.

² O Museu da Diversidade Sexual de São Paulo (MDS) foi criado por meio do decreto 58075 assinado no dia 25 de maio de 2012 com o nome de Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo. A alteração do seu nome se deu por meio do decreto 63375 de 2018.

³ A imersão foi realizada a convite do MDS, a partir de uma parceria estabelecida com o Curso de Museologia da UFMG. A colaboração teve continuidade em 2026, quando o MDS passou a atuar também como parceiro do Observatório LGBTQIA+ vinculado ao curso.

Durante a imersão, também realizamos visitas à Pinacoteca de São Paulo e ao Museu do Ipiranga, entendendo esses deslocamentos como parte essencial do processo formativo. As duas instituições, cada uma a seu modo, permitiram contrastar modelos expositivos, políticas de acervo e estratégias de comunicação com públicos amplos, aprofundando nossa compreensão sobre como museus operam narrativas, constroem discursos e se posicionam socialmente, especialmente quando comparados ao caráter dissidente e afirmativo do MDS.

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa, construído a partir de uma imersão formativa realizada no Museu de Diadema de Santo André (MDS) entre os dias 1º e 3 de outubro de 2025. O objetivo não foi produzir um estudo exaustivo sobre a instituição, mas registrar e refletir sobre aprendizagens e percepções decorrentes da experiência vivenciada no contexto museal.

Para a construção do relato, foram adotados três procedimentos principais: pesquisa em documentos institucionais disponibilizados pelo museu, observação participante durante as atividades desenvolvidas ao longo da imersão e diálogos com profissionais da equipe técnica e educativa. A observação participante ocorreu em diferentes momentos da visita técnica, incluindo o acompanhamento das atividades conduzidas pela museóloga responsável pelos processos museais, que apresentou o acervo, as coleções, a reserva técnica e os procedimentos de tratamento documental, bem como a participação em uma visita mediada pela equipe do setor educativo.

A análise dos dados teve caráter descritivo e reflexivo, buscando identificar aspectos relacionados à gestão de acervos, às ações educativas e às estratégias de mediação desenvolvidas pela instituição. Não foram realizadas entrevistas estruturadas nem aplicados instrumentos sistemáticos de coleta de dados, sendo as observações registradas a partir da experiência dos participantes durante a imersão.

Como limite metodológico, destaca-se o curto período de permanência no campo e o caráter exploratório da atividade, que não permitiram o aprofundamento analítico nem a produção de um conjunto amplo de dados empíricos. Dessa forma, os resultados apresentados devem ser compreendidos como reflexões derivadas de uma experiência situada, sem pretensão de generalização, mas com potencial para contribuir para o debate sobre práticas museológicas e educativas em museus.

2 Museologia LGBTQIA+

O campo da pesquisa em Museologia tem vivenciado uma expansão e uma revisão epistemológica que refletem e respondem a transformações sociais profundas. Longe de ser um domínio estritamente técnico, a Museologia, enquanto área de estudo, é reconhecida como uma arena de disputa narrativa onde determinadas experiências, corpos e subjetividades foram historicamente silenciados pela produção canônica de conhecimento.

O crescimento da pesquisa está, portanto, intrinsecamente ligado à emergência de novos sujeitos pesquisadores. Quando corpos gays, lésbicas e outras identidades LGBTQIA+ assumem a frente da produção acadêmica, eles não apenas elegem pautas inéditas, mas geram tensões estruturais no próprio campo disciplinar. Essa inserção é inerentemente política, pois as questões de pesquisa e os métodos de investigação estão umbilicalmente ligados à experiência e à existência das pessoas pesquisadoras, produzindo um saber que é engajado na reivindicação de visibilidade e de reconhecimento histórico.

A proposta de uma Museologia LGBTQIA+ (Baptista; Boita, 2018, 2017; Braga; Hoffman, 2023; Machado, 2022; Tedesco, 2022) é um exemplo crucial desse movimento, ao assumir a pluralidade e a dissidência como dimensões centrais da investigação. Essa abordagem demonstra que a inserção de sujeitos historicamente marginalizados transforma o campo de pesquisa, deslocando-a de uma perspectiva universalizante para uma que reconhece a potência da pesquisa feita por e com as comunidades, reformulando o próprio estatuto da museologia como ciência (Boita; Baptista; Wichers, 2021).

Ao propor uma Museologia atenta às existências LGBTQIA+ as pessoas pesquisadoras envolvidas evidenciam o deslocamento do campo para uma abordagem que assume a pluralidade e a dissidência como forças motrizes. A característica definidora dessas novas vertentes é que elas são frequentemente produzidas por sujeitos que pertencem às próprias comunidades estudadas, ou seja, uma museologia elaborada por quem utiliza o pronome “nós”, e não apenas sobre esses grupos. Assim, os museus e as pesquisas sobre eles deixam de ser apenas depositários de objetos para se configurarem como arenas políticas e pedagógicas onde novos protagonistas reivindicam o direito à memória, ao pertencimento e ao reconhecimento histórico.

Essa reconfiguração contribui para compreender que a museologia contemporânea opera num cenário em que participação, representatividade e justiça social se tornam princípios estruturantes.

A Museologia LGBTQIA+ no Brasil surge como resultado de um movimento histórico que antecedeu sua nomeação formal em 2012. Embora esse ano marque a criação de iniciativas importantes, como a Rede LGBTQIA+ de Museologia Social e o Museu da

Diversidade Sexual, sua consolidação deriva de processos anteriores ligados ao pensamento museológico crítico, à Nova Museologia e às experiências comunitárias que já defendiam o direito à diferença e a participação social.

De acordo com Jean Baptista, Tony Boita e Ana Calmon, a Museologia LGBTQIA+ se apoia em três pilares principais: o campo museológico, a democracia e os estudos de gênero e sexualidade. Esses pilares revelam que o desenvolvimento dessa abordagem está diretamente ligado às lutas por direitos e ao fortalecimento das políticas públicas voltadas para populações historicamente vulnerabilizadas. A proposta busca formar profissionais capazes de reconhecer e enfrentar as múltiplas formas de violência que atravessam museus e práticas de memória, compreendendo que a produção de narrativas LGBTQIA+ é parte de um compromisso ético com justiça social, visibilidade e reparação histórica (Baptista; Boita; Calmon, 2025).

A Museologia LGBTQIA+ parte da premissa de que as identidades de gênero, as sexualidades dissidentes e as histórias LGBTQIA+ foram historicamente silenciadas ou marginalizadas nas narrativas oficiais de museus e patrimônios. Ao se adjetivar a museologia com essa orientação, fica estabelecida uma postura crítica: o museu deixa de ser apenas repositório ou monólogo da cultura dominante, tornando-se, também, arena de disputa simbólica, memória viva e ativismo museológico (Dantas, 2024).

A representação LGBTQIA+ nos espaços museológicos brasileiros ainda se apresenta como uma questão em construção. Durante muito tempo, as instituições museológicas negligenciaram pessoas LGBTQIA+ nas narrativas em suas exposições, contribuindo para a invisibilização de suas memórias. A associação da categoria sexualidade aos espaços de memória ainda é rara nas produções científicas e quase nula nos museus brasileiros. Em sua base, o patrimônio é uma palavra de origem patriarcal, o que explica a heteronormatividade na seleção do que deve ser tombado ou registrado. Essa negação institucional acaba por fortalecer a vulnerabilidade social do grupo.

Desse modo, museus e patrimônios são espaços com vocação fóbica à diversidade sexual, contribuindo diretamente com o cenário de discriminação acentuada vivenciado pelas comunidades LGBTQIA+ no país. Em muitos casos, os profissionais de museus insistem que seus acervos e missões "nada têm a ver com o tema", sem se dar conta de que todas as missões foram construídas em contextos fóbicos à diversidade sexual.

A maioria dos museus e espaços de memória continua estagnada em suas ações quando o assunto é diversidade sexual, configurando uma clara manifestação de apoio à invisibilidade da questão quando articulada à Museologia. Determinadas instituições resistem

à pluralidade de representações, ora pela manutenção de um discurso conservador, ora pela tentativa de neutralizar debates sobre diversidade, deixando de cumprir seu papel para a superação de fobias sociais.

3 O Museu da Diversidade Sexual

O Museu da Diversidade Sexual (MDS) é a primeira experiência museológica no Brasil com foco na preservação de memórias dissidentes e no debate público sobre sexualidades e identidades de gênero. Criado a partir da compreensão de que essas experiências foram historicamente silenciadas dos processos de patrimonialização, o MDS se constitui como um espaço institucional de enfrentamento às normativas hegemônicas que estruturam tanto os museus quanto a própria produção da memória social. Ao reconhecer trajetórias, afetos, lutas e expressões culturais LGBTQIA+ como patrimônio, o Museu tensiona concepções tradicionais de acervo ao afirmar a legitimidade dessas narrativas no campo museológico e ampliar os sentidos de direito à memória.

De acordo com o primeiro diretor do Museu da Diversidade Sexual, Franco Reinaudo, a construção da instituição não pode ser compreendida sem a consideração de um pré-cenário histórico marcado por rupturas profundas na organização dos movimentos sociais no Brasil. Nesse sentido, a ditadura civil-militar é apontada como um elemento central, uma vez que interrompeu processos de articulação política e coletiva, afetando diretamente a formação e o fortalecimento dos grupos LGBTQIA+. Mesmo após seu término, em 1985, os impactos desse período continuam a repercutir de forma significativa na organização do movimento, constituindo um dado histórico fundamental para a compreensão de suas trajetórias (Padilha; Costa; Ladeia, 2021).

Outro fator decisivo destacado é a epidemia de Aids, que emerge justamente quando se inicia um processo de abertura política. A crise sanitária não apenas interrompeu novamente a consolidação dos movimentos, como também produziu um intenso estigma social, associando sexualidade a promiscuidade e aprofundando o preconceito contra corpos dissidentes. Ao mesmo tempo, essa experiência extrema de perda e exclusão fomentou redes de solidariedade no interior da própria comunidade LGBTQIA+, que passou a se organizar para cuidar de pessoas adoecidas diante da ausência do Estado, do abandono familiar e da recusa institucional.

Segundo o diretor, essa vivência coletiva de luto, cuidado e resistência teve impacto direto na concepção do MDS. A morte de inúmeras pessoas e o apagamento social de suas

histórias evidenciaram a fragilidade dessas memórias e o risco constante de seu desaparecimento. É nesse contexto que emerge a necessidade de criar uma plataforma de visibilidade e preservação capaz de registrar experiências, trajetórias e afetos que a sociedade insistia em ignorar. Assim, o MDS nasce como resposta a esse apagamento histórico, afirmando a memória como direito e como estratégia de enfrentamento político e cultural (Padilha; Costa; Ladeia, 2021).

A partir dessas duas experiências históricas, observa-se um movimento progressivo de organização das pessoas LGBTQIA+ em torno da preservação de suas memórias e da afirmação pública de suas existências. Diante do apagamento institucional e da violência simbólica e material, a memória passa a ser compreendida como estratégia de resistência, impulsionando a criação de arquivos comunitários, registros documentais e iniciativas voltadas à salvaguarda de experiências dissidentes. Nesse contexto, ganham força também as paradas LGBTQIA+, que se consolidam como espaços de visibilidade, celebração e reivindicação de direitos, bem como uma produção impressa mais sistemática de jornais, boletins, revistas e panfletos responsáveis por registrar debates, trajetórias e formas de organização política que, por muito tempo, permaneceram à margem das narrativas oficiais.

O MDS representa uma experiência de museologia dissidente que articula as dimensões de ocupação de espaços (como práticas de visibilidade e reivindicação), preservação de memórias e mediação social. Mais do que um espaço de exposição, o Museu atua como vínculo entre comunidade, memória e público amplo, desfazendo a ideia de museus como templos neutros⁴.

O MDS promove exposições, atividades educativas, programas de formação e eventos culturais que articulam memória, identidade e direitos humanos, colocando em diálogo arte, história e vivências cotidianas. Nas exposições recentes, o MDS tem apresentado mostras que resgatam histórias e promovem novas perspectivas sobre a vivência LGBTQIA+. Entre elas está *Pajubá: a hora e a vez do close*, com curadoria de Amara Moira e Marcelo Campos, que traça um percurso pelos grandes marcos da luta comunitária e personagens significativos para a história LGBTQIA+, entre arte e memória. Também estava em cartaz durante nossa imersão a exposição *O mais profundo é a pele: o envelhecer LGBT+*, com fotografias de Rafael Medina e curadoria de André Fischer, lançada em parceria com a Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo, que celebra a vida e as histórias de pessoas LGBTQIA+ com mais de 60 anos,

⁴ O Museu da Diversidade Sexual foi inicialmente formalizado como *Centro de Cultura, Memórias e Estudos da Diversidade Sexual*, mas foi chamado de Museu da Diversidade Sexual desde sua criação. Foi reconhecido oficialmente como museu apenas em 2018, por meio de decreto.

abordando intimidade, resiliência e orgulho em suas trajetórias. Além das exposições, o Museu promove uma programação contínua de eventos culturais, como cineclube, oficinas, rodas de conversa e atividades formativas que dialogam com temas contemporâneos de gênero, sexualidade e representação social, particularmente em datas marcantes como o Mês do Orgulho LGBTQIA+ e o Dia da Visibilidade Lésbica⁵.

A política de acervo do MDS apresenta uma especificidade relevante no campo museológico: a constituição de uma coleção formada majoritariamente por réplicas, reproduções e registros documentais. Essa escolha revela as condições históricas de apagamento, precariedade e vulnerabilidade que marcaram as experiências LGBTQIA+. Em muitos casos, os objetos associados a essas trajetórias não foram preservados; eles foram descartados ou nunca chegaram a ser reconhecidos como passíveis de musealização. Assim, o uso de réplicas permite ao Museu tornar visíveis narrativas, acontecimentos e práticas culturais que, de outro modo, permaneceriam ausentes do espaço expositivo e do campo patrimonial.

Walter Benjamin (2020), em “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, propõe que a autenticidade está vinculada à “aura” do objeto único, ancorada em sua existência material, em sua origem e em sua trajetória histórica. No contexto do MDS, no entanto, a centralidade desloca-se do objeto original para a experiência, a memória e o significado social que ele evoca. As réplicas de obras de arte operam como dispositivos narrativos e políticos, capazes de atualizar sentidos e produzir presença simbólica, questionando a supremacia do original como critério de valor museológico. Desse modo, o Museu afirma que, no campo das memórias dissidentes, a autenticidade não reside necessariamente na materialidade do objeto, mas na legitimidade das histórias que ele convoca e no direito à memória que reivindica.

O debate sobre autenticidade, tal como formulado por Meneses (1998) a partir do paradoxo do navio de Teseu, permite ampliar a reflexão para o campo da reprodução de obras de arte. Ao problematizar a permanência da identidade de um objeto submetido a sucessivas substituições materiais, o autor desloca a discussão da materialidade original para os processos históricos e sociais que atribuem sentido e valor aos artefatos. Quando pensado como documento, o objeto artístico deixa de ser compreendido apenas como entidade material fixa e passa a ser entendido a partir de sua biografia, de seus usos, deslocamentos e reinterpretações ao longo do tempo.

⁵ <https://www.museudadiversidadesexual.org.br/>

Nesse sentido, a reprodução de obras de arte não deve ser compreendida unicamente como substituto empobrecido do original. Tal como no caso da estatuária grega, em que cópias romanas permitiram a preservação e a circulação de modelos artísticos hoje inexistentes em sua forma original, as reproduções adquirem estatuto documental e comunicativo próprio. Elas operam como mediadoras de conhecimento, permitindo o acesso a formas, narrativas e valores estéticos que, de outro modo, permaneceriam inacessíveis.

A partir dessa perspectiva, a autenticidade da obra de arte não reside exclusivamente em sua origem material, mas na capacidade de produzir sentido, memória e reconhecimento social. As reproduções, ao serem incorporadas a contextos museológicos, passam a participar de regimes específicos de autenticidade, estabelecidos pelas relações entre obra, instituição e público. Assim, a reprodução deixa de ser vista como negação do original e passa a ser compreendida como estratégia legítima de preservação, difusão e atualização do patrimônio artístico, sobretudo em contextos marcados por perdas, apagamentos e descontinuidades históricas.

A discussão proposta por Seraphim (2008) contribui de modo decisivo para a compreensão das escolhas curatoriais e museológicas do MDS, especialmente no que se refere ao uso de reproduções, registros e réplicas em seus processos expositivos. Ao analisar o papel das reproduções na história da arte, a autora argumenta que elas não devem ser entendidas como substitutos menores do original, mas como fontes documentais e epistemológicas fundamentais, capazes de preservar informações, visibilizar obras ausentes e ampliar possibilidades de leitura histórica. No contexto do MDS, as reproduções operam como estratégias de salvaguarda e comunicação, permitindo a construção de narrativas museológicas mesmo na ausência dos originais. Assim como nos casos analisados por Seraphim (2008), em que a reprodução se torna, por vezes, o único vestígio material de uma obra, no MDS essas materialidades mediadas assumem centralidade na afirmação da memória dissidente, deslocando o debate da autenticidade para a função social, política e simbólica das obras no espaço museal.

O caráter digital de grande parte da coleção do MDS, composto por fotografias, registros audiovisuais, relatos e produções artísticas, demanda uma política de preservação que ultrapassa as práticas tradicionais de conservação. Diferentemente de acervos materiais, cuja degradação está diretamente vinculada ao desgaste físico, os acervos digitais estão sujeitos a riscos menos visíveis, como obsolescência tecnológica, fragilidade dos suportes magnéticos, perda de metadados e dependência de *softwares* proprietários.

Além disso, réplicas exigem uma gestão documental que detalhe sua origem, método de fabricação, grau de fidelidade e sua relação com o objeto original. Em museus como o MDS, onde muitas obras originais pertencem a artistas LGBTQIA+ com trajetórias marcadas pela marginalização, a ausência do original não é uma questão apenas técnica, mas política: revela desigualdades estruturais que atravessam a produção e circulação da arte *queer*. Assim, a réplica torna-se, paradoxalmente, símbolo de presença e ausência. Presença na narrativa expositiva e ausência de condições materiais e institucionais que assegurem a plena preservação das obras originais.

Dessa forma, tanto o acervo digital quanto o conjunto de réplicas evidenciam um museu que opera na fronteira entre preservação, risco e reconstrução. Os desafios enfrentados pelo MDS não se restringem à manutenção de objetos, mas à criação de estratégias capazes de sustentar memórias constituídas em contextos de vulnerabilidade. Ao assumir essas dificuldades como parte de sua prática museológica, o museu reafirma o compromisso com uma política de preservação que reconhece as lacunas, negocia com os limites da materialidade e constrói, apesar deles, um espaço de legitimação e continuidade das narrativas LGBTQIA+.

Paralelamente, o uso de réplicas de obras apresenta outro conjunto de desafios: a opção por expor réplicas muitas vezes está atrelada à impossibilidade de acesso às obras originais, restrições de direitos autorais ou questões de segurança, e isso amplia o debate sobre autenticidade, valor patrimonial e experiência estética. Esse trabalho implica decisões curatoriais e comunicacionais rigorosas: é necessário explicitar para o público o estatuto desses objetos, contextualizar sua função dentro da narrativa e evitar que a réplica seja percebida como substituto neutro do original.

4 Visitas técnicas e reflexões sobre museologia e diversidade

Entre os dias 1º e 3 de outubro, realizamos uma imersão formativa visitando diferentes instituições culturais com o objetivo de observar práticas museológicas contemporâneas, modos de constituição de acervos e, sobretudo, a presença ou ausência de narrativas LGBTQIA+ nos discursos expositivos. Ao longo desses três dias, a experiência mostrou-se transformadora não apenas pela dimensão e diversidade das coleções visitadas, mas pela possibilidade de comparar modelos institucionais distintos e refletir criticamente sobre representatividade e políticas de memória. Cada instituição revelou abordagens específicas,

evidenciando tanto potências quanto lacunas no tratamento das questões de gênero e sexualidade no campo museal⁶.

A primeira visita ocorreu ao Centro de Referência da Diversidade Sexual (CRD), espaço que se destacou desde o início pela sensação de acolhimento e abertura ao diálogo, perceptível tanto na postura de seus gestores quanto em seus aspectos arquitetônicos e espaciais. Portas de vidro, áreas de convivência com almofadas, ambientes claros e flexíveis compõem um espaço que convida à permanência e à participação ativa dos visitantes. O CRD, que abriga a reserva técnica vinculada ao MDS, configura-se como uma expansão de sua atuação museológica, articulando atendimento comunitário, produção cultural e preservação de memória LGBTQIA+ de forma integrada⁷.

A visita à Pinacoteca de São Paulo, que ocorreu no mesmo dia, apresentou um contraste significativo. Trata-se de uma instituição com acervo de grande relevância histórica e artística, cuja mediação educativa demonstrou cuidado com acessibilidade e recepção de públicos diversos. No entanto, tornou-se evidente a ausência de políticas sistemáticas voltadas à formação de acervo ou à programação especificamente relacionadas à temática LGBTQIA+. Embora existam obras que possibilitam leituras a partir de questões de gênero, afeto e sexualidade, essas abordagens ainda não constituem uma diretriz curatorial contínua. Tal lacuna revela os limites enfrentados por museus, que operam sob parâmetros consagrados e, muitas vezes, resistem à incorporação orgânica de narrativas dissidentes, mesmo quando a mediação educativa se apresenta como espaço de abertura interpretativa.

Essa presença de réplicas merece uma análise museológica importante. Em muitos contextos tradicionais, apenas o original é legitimado como digno de exposição. No entanto, espaços como o CRD demonstram que a função social do acervo pode ser tão relevante quanto — ou mais relevante do que — sua materialidade original. As réplicas permitem que a instituição exerça a extroversão do acervo, isto é, a capacidade de disponibilizar narrativas e experiências ao público mesmo quando o objeto original está inacessível. No caso do CRD, essa estratégia é ainda mais significativa pois permite a difusão da história LGBTQIAPN+ sem os entraves de grandes coleções institucionalizadas, frequentemente inacessíveis ou inexistentes quando pensamos em minorias.

Além disso, a guarda compartilhada com o MDS revela uma dimensão contemporânea da museologia: a que se articula em rede, que busca descentralizar narrativas e distribuir

⁶ Foram três dias imersos em instituições culturais da cidade, quando o grupo pôde refletir sobre práticas museológicas contemporâneas, a importância da representatividade e a forma como acervos são extrovertidos e comunicados ao público.

⁷ O espaço também promove eventos culturais, rodas de conversa e ações educativas. Isso reforça um ponto essencial: museus e centros de referência hoje não são apenas lugares de guardar objetos, mas de mobilizar sujeitos.

memória entre espaços que dialogam com a comunidade. No contexto LGBTQIAPN+, onde tantas histórias foram apagadas, a existência de lugares como o CRD é fundamental. É uma instituição que não espera o reconhecimento institucional para existir; ela cria, preserva e difunde sua própria legitimidade.

O MDS, por sua vez, evidenciou de forma contundente o potencial da museologia voltada à memória e à representatividade. Localizado em uma estação de metrô, em uma das áreas de maior circulação da cidade, o museu se inscreve no cotidiano urbano, rompendo com a lógica de distanciamento institucional. Essa escolha espacial constitui um gesto político de democratização do acesso e de afirmação simbólica das existências LGBTQIA+ como parte legítima da vida pública.

Destacamos a exposição de curta duração *O mais profundo é a pele: o envelhecer LGBT+*, dedicada à sexualidade de pessoas 60+. Essa escolha curatorial desafia estereótipos sobre envelhecimento, corpo e desejo. Frequentemente, esse grupo tem suas histórias invisibilizadas, como se a experiência da identidade se encerrasse na juventude, ou que o envelhecimento não fosse uma possibilidade. A exposição reivindica outra perspectiva: a de que envelhecer também é um processo político, e que corpos maduros têm igualmente direito à sensibilidade, ao afeto e à autonomia narrativa. Dessa forma, a exposição curada por André Fischer propõe um olhar delicado e artístico à pauta, dando espaço ao artista carioca Rafael Medina, cujo trabalho foi inicialmente associado ao estudo visual de corpos alemães.

A exposição de curta duração representou uma atividade consideravelmente simbólica em conjunto com a Parada LGBTQIA+ de São Paulo de 2025, cuja temática recebeu o título “Envelhecer LGBT+: memória, resistência e futuro”. Por meio de reproduções autorizadas por Medina, o MDS legitimou a pauta e ofereceu espaço e visibilidade para um campo marcado por experiências traumáticas (em decorrência dos incessantes episódios de violência e, desse modo, da privação ao direito ao envelhecimento).

De modo a demarcar o circuito expositivo, nota-se que *O mais profundo é a pele: o envelhecer LGBT+* iniciava logo no painel externo do MDS, contando com uma grande foto protegida por vidro de dois homens nus sentados juntos em um sofá (Imagem 1), estabelecendo contato com possíveis visitantes diretamente na estação de metrô do bairro República. Da estação, é dada continuidade à exposição no interior do Museu, sendo necessário passar por um grande painel plotado com fotografia e texto curatorial (Imagem 2) com o contexto conceitual da exibição. Durante a visita, a pessoa espectadora se deparava com alguns recursos expositivos contidos em um cômodo falso projetado especificamente para esta exposição analisada: primeiro, era apresentado um conjunto de monóculos

fotográficos presos a um bloco fechado, mas com os visores do lado externo, tendo cada monóculo uma fotografia de uma pessoa LGBTQIA+ maior de 60 anos nua (Imagem 3); posterior aos monóculos fotográficos, a pessoa visitante seria apresentada a uma parede de cor rosa-claro coberta de dezesseis fotografias de pessoas LGBTQIA+ maiores de 60 anos, nuas e seminuas, dispostas de forma linear, centralizada e com foco luminoso, de modo que o foco fosse individual para cada foto; a seguir, a narrativa era seguida com outra parede de fotos (Imagem 4), agora na cor marrom, com estratégia semelhante à anterior, com a diferença de que as fotos possuem um foco maior em partes específicas do corpo, oferecendo destaque a rugas, cicatrizes e manchas, além de terem maior distanciamento entre si, aparentando não possuir alinhamento ou centralização; dando sequência, o “verso” do drywall utilizado para a plotagem de introdução da exibição foi ocupado por uma televisão acompanhada de fones de ouvido e bancos de acomodação pessoal, cuja transmissão se tratava de relatos de vivências das pessoas retratadas nas fotos expostas; por fim, a exposição era finalizada no mesmo drywall da plotagem de introdução, porém em outra face (lateral) e com contribuições do artista convidado, expondo por meio de texto curatorial suas inspirações e provocações para desenvolver a série de peças apresentadas temporariamente no MDS.

O MDS apresenta exposições que tratam de temas fundamentais, como a história de Tybyra, indígena gay executado no Brasil Colônia, considerado a primeira vítima LGBTQIAPN+ documentada no país, ainda que reconhecido enquanto “mito”. Essas narrativas devolvem ao público histórias que foram sistematicamente apagadas. O Museu também aborda a epidemia de Aids nos anos 1980 e 90, um dos capítulos mais dolorosos da história LGBTQIAPN+, mas que precisa ser continuamente lembrado para combater estigmas ainda persistentes.

Também visitamos a exposição *Pajubá: a hora e a vez do close*, inaugurada em 2024 como ato simbólico de reabertura do Museu. Durante a visita, fomos acompanhados pela educadora Karauba Aparecida, uma educadora trans e indígena que conduziu o circuito expositivo de forma sensível e provocativa. Ao longo da mediação, ela não apenas apresentou as obras e as narrativas que compunham a exposição, como também propôs questionamentos que nos convidavam a pensar para além do que estava exposto, ampliando as camadas de leitura da exposição. Ficava evidente que sua atuação era atravessada por uma bagagem consistente de vivências e estudos, o que qualificou profundamente a experiência do grupo. A mediação nos levou a refletir sobre diferentes aspectos dos movimentos LGBTQIA +, ao mesmo tempo em que reforçou a importância da presença de corpos dissidentes ocupando espaços institucionais que historicamente pouco dialogavam com comunidades subalternas.

Nesse sentido, a mediação não se limitava a um papel informativo, mas também como um espaço de troca, escuta e produção de sentido. Na medida em que as conversas iam se desdobrando, a educadora também sugeria leituras (algumas clássicas, mas a maioria formada por livros poucos conhecidos) que funcionavam como convites para o aprofundamento dos temas abordados. Esses apontamentos extrapolavam o tempo da visita, indicando que a experiência museal pode e deve continuar para além do espaço expositivo.

Acredito que a atuação do Núcleo de Educação do MDS é fundamental para enriquecer a vivência do público. Quando falamos sobre diversidade sexual, estamos lidando com um campo amplo, atravessado por questões históricas, sociais, políticas e afetivas, e é importante reconhecer que nem todas as pessoas que acessam o Museu partem do mesmo repertório. Ter uma pessoa educadora que amplia percepções, contextualiza debates e oferece caminhos possíveis para aprofundamento torna a visita mais acessível, potente e transformadora.

Do ponto de vista museal, o MDS evidencia uma prática que poderíamos chamar de museologia afetiva — aquela que compreende o impacto emocional da memória e da representatividade. Aqui, o acervo não é apenas físico: ele é experiencial. É composto por fotografias, relatos, documentos, vídeos e objetos que constroem uma história coletiva que por muito tempo foi marginalizada. A instituição demonstra como museus podem ser espaços de cura, pertencimento e afirmação identitária. Além disso, a curadoria age como dispositivo político ao convocar o público a confrontar desigualdades, refletir sobre regimes normativos e reconhecer a diversidade de experiências LGBTQIA+. Desse modo, a exposição se torna um espaço de elaboração coletiva, no qual o visitante participa da construção de sentidos e da disputa por legitimidade das memórias apresentadas.

No segundo dia, visitamos o Museu da Língua Portuguesa. A experiência foi marcada pela forte presença de recursos tecnológicos e pela imersão sensorial, ainda que, em alguns momentos, o excesso de estímulos dificultasse a contemplação mais atenta dos conteúdos. Embora a temática LGBTQIA+ não seja abordada de forma direta, a presença da língua iorubá no percurso expositivo abriu possibilidades de reflexão sobre o Pajubá, linguagem fundamental para travestis e mulheres trans. A ausência de uma menção explícita a essa relação revela um vazio simbólico, sobretudo em um museu dedicado à língua como fenômeno vivo e popular, mas, ainda assim, permite leituras críticas sobre deslocamento, resistência e reinvenção cultural.

No último dia da imersão, visitamos o Museu do Ipiranga, que representou a concepção mais tradicional de museu histórico, com forte caráter monumental e narrativa

centrada na construção da nação. Durante a mediação, foi afirmado que não há acervos ou ações específicas voltadas à temática LGBTQIA+, o que se alinha à origem da instituição e ao modelo de identidade nacional que historicamente privilegiou figuras heroicas e normativas. Ainda assim, a própria mediação demonstrou que é possível reativar o acervo por meio de novos olhares, como no caso de Maria Quitéria, que rompeu normas de gênero ao lutar na Independência, ou nas expressões de gênero presentes nos modos de vestir da aristocracia europeia. Essas leituras evidenciam o papel fundamental da crítica de acervos tradicionais.

5 Considerações finais

As reflexões desenvolvidas ao longo deste relato de experiência permitem compreender o Museu da Diversidade Sexual (MDS) como uma experiência museológica que ultrapassa a dimensão expositiva e se afirma como prática política, pedagógica e afetiva. Ao articular ocupação do espaço urbano, preservação de memórias dissidentes e mediação social, o MDS evidencia como a Museologia LGBTQIA+ tensiona modelos tradicionais de museu e amplia os sentidos de patrimônio, memória e legitimidade histórica.

A imersão realizada possibilitou observar que as práticas museológicas do MDS não se orientam apenas por critérios técnicos, mas por um compromisso ético com a visibilidade, o reconhecimento e a reparação simbólica de trajetórias historicamente marginalizadas. Suas políticas de acervo, marcadas pelo uso de réplicas, registros documentais e acervos digitais, revelam tanto os efeitos do apagamento institucional quanto a potência de estratégias museológicas que deslocam o debate da autenticidade material para a função social, política e comunicacional dos objetos e narrativas musealizadas.

As práticas curatoriais e educativas do MDS demonstram que a mediação museológica, quando atravessada pela experiência e pela presença de corpos dissidentes, assume papel central na produção de sentidos, no acolhimento de públicos diversos e na construção de vínculos entre museu e comunidade. A mediação, nesse contexto, não se limita à transmissão de conteúdos, mas se configura como espaço de escuta, troca e elaboração coletiva, reafirmando o museu como arena de disputa simbólica e de formação crítica.

O contraste estabelecido com instituições museológicas de perfil mais tradicional evidenciou os limites ainda existentes na incorporação sistemática de narrativas LGBTQIA+ no campo museal brasileiro. Ainda que seja possível ativar leituras dissidentes em acervos consolidados, a ausência de políticas institucionais voltadas à diversidade sexual revela a persistência de modelos normativos de memória e identidade nacional. Nesse sentido, o MDS

se destaca como experiência que não apenas insere essas narrativas, mas as assume como eixo estruturante de sua atuação.

Por fim, este relato de experiência reafirma a Museologia LGBTQIA+ como um campo em construção, profundamente vinculado às lutas por direitos, à democratização da memória e à justiça social. Ao operar na fronteira entre preservação, risco e reconstrução, o Museu da Diversidade Sexual demonstra que museus podem ser espaços de pertencimento, resistência e cuidado, nos quais a memória não é apenas objeto de contemplação, mas instrumento ativo de transformação social.

Referências

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 5, p. 108-119, set. 2017.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Por uma primavera nos museus LGBT: entre muros, vergonhas nacionais e sonhos de um novo país. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 252-262, jan./jun. 2018.

BAPTISTA, Jean Tiago; BOITA, Tony; CALMON, Ana Karina. Bases históricas e epistemológicas da Museologia LGBTQIA+. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 69, n. 25, p. 41-51, 2025.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony; WICHES, Camila Moraes. O que é museologia LGBT? *Revista Memória LGBT*, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 4-15, 2021.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: ADORNO, Theodor W. et al. *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 221-254.

BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes; HOFFMAN, Felipe Eleutério. Subjetividades LGBTQIA+ coreografadas na cidade: Espaço Comum Luiz Estrela em Belo Horizonte. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 57, p. 1-16, 2023.

PADILHA, Renata Cardozo; COSTA, Thainá Castro; LADEIA, Mayara Lacal Cunha (entrevistadores). Por uma museologia diversa: a construção do Museu da Diversidade Sexual (entrevista com Franco Reinaldo). *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 114-126, dez. 2021.

DANTAS, Geyzon Bezerra (Zonda Bez). Onde estão? Fragmentos da história, memória e patrimônio LGBTQIA+ a partir do acervo do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 58, p. 1-23, 2024.

MACHADO, Rafael dos Santos. Cartografias museológicas: das resistências e dos processos museológicos em casas de acolhida LGBT no Brasil. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 130-148, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11i21.41792.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

SERAPHIM, Mirian Nogueira. A reprodução da obra de arte e seu caráter essencial. *Comunicações do IV Encontro de História da Arte*, n. 4, p. 1072-1083, 2008. DOI: 10.20396/eha.4.2008.4066.

TEDESCO, Caio de Souza. Por uma historiografia transgressora: problematizando a operação historiográfica no National Museum: LGBT History and Culture. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 182-208, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11i21.41428.